

Falhas marcam implantação do Bloco Único no ES

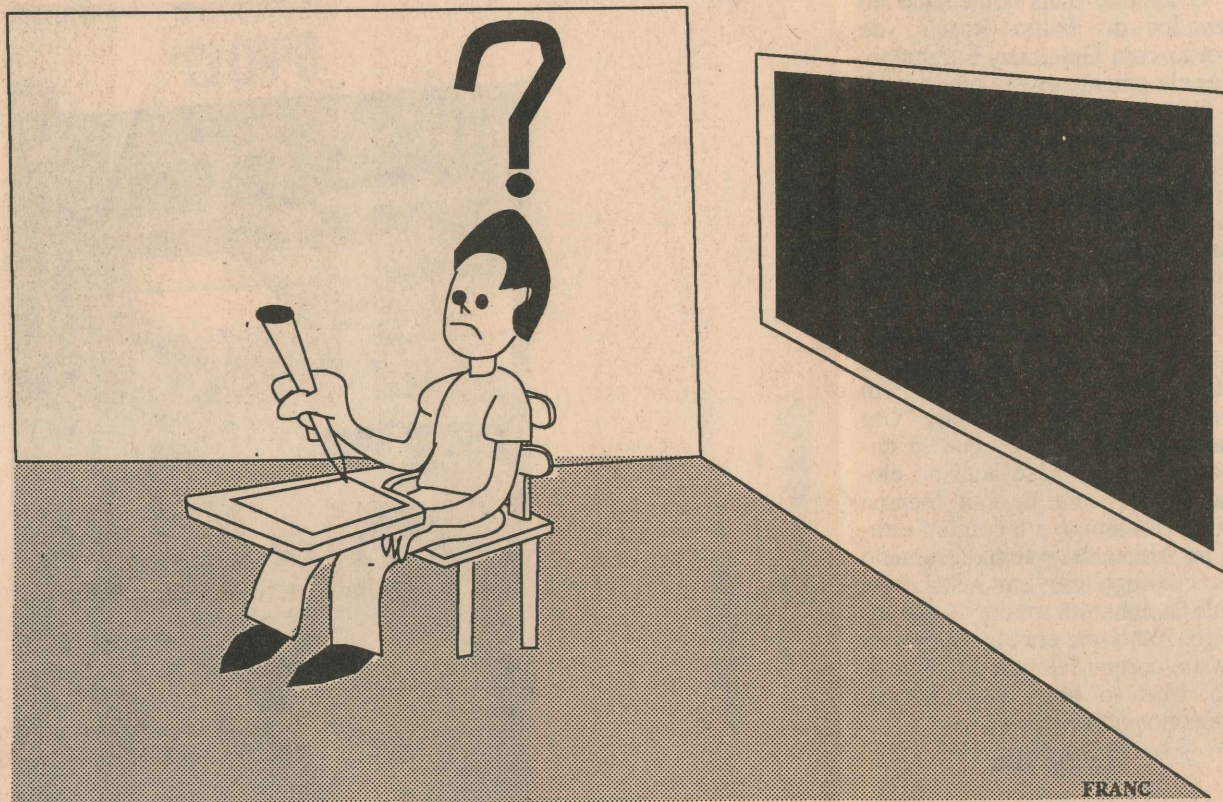
Dilma Brioschi

Trocar o antigo método tradicional das cartilhas, onde a criança aprendia através do processo de soletrar, pela introdução de elementos da realidade do aluno não tem sido uma tarefa fácil para os professores da rede estadual no momento da alfabetização. Por falta de mais horas de treinamento, muitos se sentem inseguros no novo sistema do Bloco Único que acabou com a reprovação na 1ª série — um dos grandes problemas do ensino no país. A Secretaria Estadual da Educação (Sedu) alega que não encontrou outra maneira para implantar o sistema, a não ser preparar os professores em serviço, porque de outra forma o Bloco Único poderia ainda estar no papel.

O Bloco Único propõe a adoção de uma linha construtivista no processo de alfabetização, mas o construtivismo ainda é uma palavra obscura para alguns professores. Antigas verdades, como “o professor é quem detém sozinho o conhecimento” ou “cabe ao professor sempre corrigir os alunos”, foram colocadas por terra com a nova linha, que implica numa nova conduta na sala de aula. Com a adoção do construtivismo, o conhecimento não é mais imposto, mas construído pela criança com a ajuda do professor.

Estudos feitos pela Sedu constataram que a maior taxa de reprovação no ensino fundamental está na 1ª série: 33,4%. A reprovação é vista como uma das causas da evasão escolar e por isso o Bloco Único aparece como uma solução para segurar o aluno na sala de aula — ele passa a ter dois anos para se alfabetizar.

Autores novos da área de alfabetização mostram que um



ano é pouco para a criança aprender a ler e escrever. Dessa forma, ela tem agora dois anos para dominar a leitura e a escrita num processo novo onde as provas também foram abolidas.

Mas se o Bloco Único mexe com a vida do aluno, ele modifica também muito a vida do professor, que se viu obrigado a mudar sua maneira de ensinar, de cobrar e de punir. O Bloco Único foi implantado nas escolas da rede estadual no ano passado, mas ainda hoje são grandes as dificuldades dos professores.

Quando recebeu a determinação da Sedu de que teria que implantar o Bloco Único, a diretora da escola Sizenando Pechincha Filho, de Barcelona, Olívia Benedito da Silva Soares, ficou preocupada. A escola não tem orientador e supervisor, que nessas horas podem ajudar os professores. O resultado foi que o Bloco Único foi implantado sem que os profes-

sores recebessem orientação.

O que ajudou os professores da escola foi que dois deles já tinham experiência com Bloco Único na Prefeitura de Vitória e durante as reuniões de estudo, semanais, foram repassando os conhecimentos. Mesmo assim, ainda hoje não estão claros, para muitos professores, todos os objetivos do plano. A professora Romilda Ferreira Hotes, com dez anos de magistério, sente-se “crua” para trabalhar com o Bloco Único. Ela contou que mudou muita coisa na maneira de ensinar, mas não sabe se está correta em vários pontos.

Ela diz que não corrige mais os alunos porque esta foi a orientação que recebeu. Quando uma criança escreve uma palavra errada ela recorre a um texto ou outro material para mostrar que a palavra é escrita de outra maneira. Romilda admite que isso é muito trabalhoso porque são muitos alunos, mas não sabe como

ensinar de outra maneira mais fácil. Romilda, como várias outras professoras, quer que os técnicos da Sedu dêem exemplos práticos de como se alfabetizar as crianças nas salas de aula. Ela não sabe definir o construtivismo, embora já esteja adotando o método na prática.

A professora Rita de Cássia Costa Aildenfonso é uma das duas professoras da escola Sizenando Pechincha que conhece o Bloco Único mais profundamente. Na sua opinião, a maioria dos professores da rede ainda está usando a cartilha, justamente por não ter segurança para abraçar a postura construtivista. Ela ressaltou que, na nova situação, o professor precisa comprar livros para conhecer a proposta e isto implica em gastar dinheiro do próprio bolso.

Por enquanto a sua experiência com o Bloco Único tem pontos positivos e negativos. Ela percebeu na prática

que 40% dos seus alunos da 1ª série do ano passado tiveram oportunidade de continuar sendo alfabetizados na segunda série. Sem o Bloco Único, eles ficariam reprovados. Mas foi com os pais a sua pior experiência. Muitos pais retiraram os filhos da escola porque acharam que eles não aprenderam o que deveriam na 1ª série. A professora explica que os pais só estão deixando de encarar o problema, pois será pior para os alunos que se transferirem para outras escolas.

Na escola de 1º Grau Rosa da Penha, em Cariacica, as professoras primárias também têm muitas dúvidas a respeito do método. A professora Penha Elisa Gottardo, com sete anos de magistério, resalta que hoje o professor tem que trabalhar mais se quer ver a criança aprendendo. “Quer dizer, hoje o professor tem que criar”, disse. Antes, Penha apresentava as vogais, que acabavam sendo decoradas pelas crianças, mas hoje ela sabe que tem que usar todos os elementos que estão ao seu redor para ensinar o aluno a ler e escrever.

Penha Elisa também não corrige o aluno. “Se hoje a criança escreve errado, numa próxima vez ela acerta”, comenta a professora, que considera que agora o dever do professor é levar a criança a descobrir os erros. Para ensinar a criança a ler e escrever, a professora usa agora as palavras já feitas, como janelas, mesa. As outras professoras da escola também fazem como ela, mas Lucimar Moraes Inácio de Oliveira, com 11 anos de prática, diz que falta orientação. Ela ressaltou também que, apesar do professor ter hoje o dobro de trabalho, o seu salário continua baixo.

Aluno ‘passa’ sem saber nada

A falta de prova nas duas séries iniciais não chega a preocupar os professores, mas a promoção automática de uma série para outra é uma das preocupações dos docentes. Rosângela Lopes de Souza, professora da Escola Geraldo Costa Alves, de Boa Vista, Vila Velha, declarou que alguns alunos estão sendo promovidos para a 2ª série sem saber ao menos escrever o nome. Atualmente, o bloco está restrito às duas primeiras séries mas se ele for se estender às demais estaria se mascarando as dificuldades de muitos alunos. Outro problema visto por Rosângela é a falta de material. Ela compra com dinheiro próprio materiais como cola, cartolina, lápis de cor, caneta hidrocor, e distribui para os alunos porque a Sedu não repassa este material para a escola.

Na opinião dos técnicos da equipe de alfabetização da Sedu, tudo tende a caminhar bem à medida que o professor for conhecendo mais profundamente o sistema. Mas para isto acontecer é necessário que o professor estude, de acordo com os técnicos. “Sabemos que muitos professores não querem estudar”, lamenta a coordenadora da equipe de Bloco Único da Sedu, Dorli Luiza das Chagas Curto.

Dorli Luiza informou que a Sedu criou a equipe nos-subnúcleos para dar orientações às escolas, sendo que pessoas da equipe central também costumam se deslocar em caso de necessidade. Ela também ressaltou que duas horas de estudos semanais é uma grande conquista dos professores. A intenção do secretário estadual da Educação, Saturnino de Freitas Mauro, é estender o Bloco Único até a quarta série.

Pedagoga acha o método bom

A professora aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Marluza Balarini, que defendeu tese em alfabetização, acredita que o Bloco Único cria condições das crianças aprenderem cada vez mais e melhor. "É bom lembrar que a alfabetização é ainda a mais fundamental de todas as aprendizagens abrangidas pela escola fundamental", destacou.

Segundo a pedagoga, é comprovado através de pesquisas educacionais que muitas crianças precisam de mais de um ano letivo para serem alfabetizadas, ou seja, o tempo que cada criança leva para aprender a ler e escrever varia dependendo de sua capacidade. "Isto não quer dizer que haja problema com a criança. Não se trata, portanto, de uma patologia", observa.

Complexidade

A aprendizagem da língua escrita é uma aprendizagem complexa, conforme a professora. Em primeiro lugar, implica compreender como funciona o sistema de escrita, que é alfabético. Nesse sistema, utiliza-se um conjunto de letras — o alfabeto — às quais se associam sons para representar as palavras. Além disso, essa aprendizagem implica compreender as múltiplas funções sociais da escrita e cabe ao professor lembrar acima de tudo que, enquanto uma criança está aprendendo a ler, está também formando uma atitude, um sentimento positivo ou negativo em relação à leitura.

Outro fator que faz com que a alfabetização seja uma aprendizagem complexa deve-se ao fato de existirem letras que correspondem a mais de um som (exemplo: lua e anel) e de existirem sons que são representados por mais de uma letra (exemplo: pato, muro, papel).

Marluza Balarini esclarece que é preciso se ter bem claro que o Bloco Único e o construtivismo são coisas distintas. O construtivismo é uma teoria que procura explicar como o ser humano aprende. Essa teoria pode se constituir em um dos fundamentos sobre o qual a pedagogia se baseia.



Os alunos das primeiras séries não fazem provas no novo sistema, o que gera desconfiança entre os pais

Sistema gera dúvidas em Vitória

Este é o terceiro ano da adoção do Bloco Único pela Prefeitura de Vitória. Apesar disso, segundo a secretária de Educação Maria Cecília Oliveira, não é certo que os professores estejam atuando com segurança em todas as situações. Para conhecer esta realidade a secretária vai aproveitar o primeiro ano da nova administração para fazer uma avaliação do sistema educacional como um todo.

Maria Cecília destacou que existem professores heterogêneos no quadro da Prefeitura, o que também dificultou a implantação do Bloco Único. Ela lembrou que a deterioração do sistema educacional ao longo dos últimos anos teve como consequência a queda na qualidade do profissional da educação.

Ruptura

A secretária se diz adepta da linha construtivista, que deu margem para a implantação do Bloco Único. Na sua opinião, a ruptura na passagem da pré-escola para a 1ª série era a principal causa da evasão na 1ª série. Com o construtivismo isto acaba, diz, já que quando há a construção do conhecimento



Maria Cecília acha que o professor tem que se capacitar para o ensino

não há corte.

Mas na opinião de Maria Cecília o professor tem que estar capacitado para atuar no sistema pois tem que estar o tempo todo despertando o aluno. Dessa forma, é preciso que ele conheça a proposta porque ele não pode jogar fora seus conhecimentos e apanhar outros emprestados.

Os professores da rede municipal dispõem de cerca de 5 horas semanais para discutir sua prática nas salas de aula e se aprofundar nas propostas metodológicas. Em algumas salas de aula a Prefeitura também colocou estagiários do magistério pois no novo sistema o professor passou a ter maior trabalho para alfabetizar.

O que muda na sala de aula

■ **Proposta pedagógica** — Apóia-se na concepção da criança como um sujeito capaz de aprender, pensar, decidir, optar, dizer, criar, participar, etc. Não se entende mais que o processo de alfabetização comece e acabe entre as quatro paredes da sala de aula. Hoje, o professor trabalha dentro da realidade da turma e leva em conta os conhecimentos que a criança traz quando chega à escola.

■ **Erros** — Erros nas séries iniciais são considerados tentativas de acerto. O professor não deve trabalhar de maneira a bloquear a criança.

■ **Cartilha** — Ela não deve ser adotada pelo professor. A cartilha funciona hoje somente co-

mo mais uma fonte de pesquisa, assim como os livros de literatura infantil, rótulos, revistas, jornais, etc.

■ **Avaliação** — É feita no dia a dia. Não se usa nota de 0 a 10. É feita através de fichas individuais, onde é registrado o desenvolvimento global da criança, que é avaliada como um todo e não em partes. As fichas servem como ponto de referência nas transferências e a avaliação não é mais vista como uma maneira de punir o aluno.

■ **Disciplina** — O professor não é mais autoritário mas não perde o respeito da turma por isso. É uma liberdade com normas, que são elaboradas também com os próprios alunos.

Chega verba para a merenda

Já chegou ao Estado a verba de Cr\$ 19,8 bilhões liberada pelo Ministério da Educação para aquisição da merenda escolar. O montante foi aplicado no mercado financeiro pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) até que seja repassado para as prefeituras, sem perdas. Segundo o secretário Saturnino Rangel Mauro, o dinheiro é suficiente para cobrir 108 dias de alimentação de 4.875 escolas, onde estudam aproximadamente 700 mil alunos.

O dinheiro foi entregue ao Estado, que terá a responsabilidade de repassá-lo aos municípios, já que a merenda escolar foi municipalizada. O secretário Saturnino Mauro informou que 69 municípios capixabas já assinaram convênio com a Sedu, para o repasse do dinheiro, sendo que apenas Vitória e Vila Velha alegaram dificuldades administrativas para gerenciar a merenda. "Estamos estudando alternativas para resolvermos o problema", diz o secretário. A intenção, segundo ele, é contatar diretamente os diretores das escolas dos dois municípios para que comprem a merenda.

"Nos municípios, poderão ser adquiridos alimentos selecionados, de melhor qualidade. E isso vai gerar receita para o

próprio local", comenta Saturnino Mauro a respeito da municipalização. Segundo ele, o dinheiro liberado pelo Ministério da Educação não será suficiente para cobrir todo o período letivo, já que faltariam Cr\$ 300 milhões. E sugere, como alternativa, os hortões municipais, como os já existentes em Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Boa Esperança e João Neiva, para atender aos demais dias do ano letivo.

A verba recebida na última semana é destinada às escolas das redes estadual e municipal, filantrópicas, agrotécnicas e à Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Para evitar perdas enquanto o dinheiro não chega às prefeituras, ele foi aplicado pela Sedu, conforme permite a Instrução Normativa nº 2 de 23 de abril último, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Em março, o Governo do Estado recebeu uma parcela destinada à merenda escolar, no valor de Cr\$ 9,9 bilhões, que foi suficiente para a comida de apenas 13 dias. Na última semana o Governo federal liberou Cr\$ 2 trilhões para a alimentação de 30 milhões de crianças de escolas públicas do país.